

O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: O EXEMPLO DO TRABALHO FEMININO*

Silvia CORREIA**

Resumo: Cada vez que há uma mudança no período técnico, como na passagem do paradigma manchesteriano da primeira revolução industrial para o paradigma taylorista-fordista da segunda revolução industrial, muda-se a forma correspondente do trabalho e das relações de trabalho. Atualmente passamos do paradigma taylorista-fordista para o paradigma toyotista da terceira revolução industrial. A classe patronal segue em cada época uma estratégia diferenciada. Na terceira revolução industrial, a estratégia toyotista se deu com a ação repressiva destinada à desmontagem do sindicalismo de massa. As formas de regulação espacial do trabalho nasceram com as revoluções industriais, mas o período referente à terceira revolução industrial rompeu com o padrão de regulação espacial centralizado na fábrica das duas revoluções anteriores. Emerge, assim, um novo paradigma e uma nova relação entre espaço e trabalho a qual passa a ser denominada regulação flexível. No contexto do capitalismo desde suas origens até o período atual, abordaremos o trabalho feminino.

Palavras-chave: Revolução Industrial; capitalismo; acumulação flexível; trabalho feminino.

Resumen: Cada vez que el periodo técnico cambia, como en la transición del paradigma manchesteriano de la primera revolución industrial para el paradigma taylorista-fordista de la segunda revolución industrial, se cambia la forma correspondiente del trabajo y de las relaciones de trabajo. Actualmente pasamos del paradigma taylorista-fordista al paradigma toyotista de la tercera revolución industrial. La clase patronal sigue en cada época una estrategia diferenciada. En la tercera revolución industrial, la estrategia toyotista coincidió con la acción represiva destinada al desmontaje del sindicalismo de masas. Las formas de regulación espacial del trabajo nacieron con las revoluciones industriales, pero el periodo referente a la tercera revolución industrial rompe con el patrón de regulación espacial centralizado en la fábrica, de las dos revoluciones anteriores. Emerge, así, un nuevo paradigma y una nueva relación entre espacio y trabajo denominada regulación flexible. En el contexto del capitalismo desde sus orígenes hasta el periodo actual, abordaremos el trabajo femenino.

Palabras-clave: Revolución Industrial; capitalismo; acumulación flexible; trabajo femenino.

Abstract: Each time the technical age changes, the related form of labour and its relations change too, as it did in the change of the first industrial revolution's paradigm of Manchester into the second industrial revolution's taylorist-fordist paradigm. Nowadays, we are moving from the taylorist-fordist paradigm to the toyotist one that belongs to the third industrial revolution. The class of employers follows a different strategy in each era. In the third industrial revolution, the toyotist strategy came out through the repressive action of mass syndicalism destructuring. The ways of regulating the labour spatially were born with the industrial revolutions, but the period referring to the third one breaks up the two previous revolutions' spatial regulation pattern which used to be centralised in the factory. In this way, a new paradigm raises as well as a new relation between space and labour which is called flexible accumulation. Considering the capitalism since its origins until the current period, we are addressing our analysis to the female labourers.

Key-words: Industrial Revolution; capitalism; flexible accumulation; feminine labour.

1. O CAPITALISMO E SUA GÊNESE

O desenvolvimento do capitalismo é caracterizado por várias etapas, caracterizada pela primeira, segunda e terceira revolução industrial. Cada uma está relacionada ao grau de amadurecimento do capitalismo. Podemos citar como exemplo dessas mudanças, quando o produtor passa a se submeter às regras impostas pelos grandes empreendedores, principais representantes do sistema capitalista. (DOBB, 1965).

* Esta nota é resultado da disciplina: Capitalismo, Desenvolvimento Regional e Infra-estruturas no Brasil. Ministrada pelo Profº Márcio Rogério Silveira.

** Mestranda do programa de pós-graduação em Geografia – FCT/ UNESP. E-mail: correiaivinha@yahoo.com.br

A fase inicial do capitalismo se deu na Inglaterra, na segunda metade do século XVI e início do século XVII, quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável. Mas o momento decisivo para o capitalismo ocorreu na Inglaterra com a Revolução Industrial do final do século XVIII e início do século XIX, sendo este o momento mais decisivo no desenvolvimento econômico e social desde a idade média. (DOBB, 1965).

[...] a história do capitalismo e as etapas de seu desenvolvimento não apresentam forçosamente as mesmas datas quanto às diferentes partes do país ou indústrias diversas e, em certo sentido, estaríamos certos ao falar não de uma única história do capitalismo, e da forma geral apresentada por ela, mas de uma coleção de histórias do capitalismo, todas com uma semelhança geral apresentada por ela, mas cada qual separadamente datada no que diz respeito a suas etapas principais [...]. (DOBB, 1965, p. 34).

As diversas regiões da Inglaterra tiveram nos séculos XIV e XV, diferentes histórias econômicas. O mesmo ocorreu no século XIX nas diversas nações européias. (DOBB, 1965). A Revolução Industrial surgiu na Inglaterra e espalhou-se para os demais países da Europa e também para outros continentes, inclusive para os EUA e Japão.

Com a difusão das novas técnicas implementadas a partir da revolução industrial, vários países se articularam em torno do desenvolvimento industrial, que ocorreu em ritmo desigual, de acordo com os lugares e as épocas na qual o mesmo se estabeleceu em cada país dando início a um processo de desenvolvimento desigual uma vez que a difusão desse novo sistema de técnicas se desenvolvia de forma diferenciada tanto entre os países europeus (primeiro na Inglaterra e depois na França, Alemanha e demais países) como na própria América (primeiro nos países da América setentrional, particularmente os Estados Unidos e Canadá) e demais continentes. Assim, o desenvolvimento desigual e a instabilidade se tornam as principais características do capitalismo.

Esta última, a instabilidade, assume uma posição de maior destaque uma vez que se concretiza como uma das flutuações do crescimento, através tanto dos ciclos como das crises. Estes fatos marcaram a história do capitalismo, no período correspondente do início do século XIX até a segunda guerra mundial.

A história da evolução capitalista, das origens aos novos dias, comporta evidentemente vários grandes períodos, assinalados por transformações estruturais profundas e certos ritmos de crescimento em longo prazo. Mas do que a guerra de 1914-1918, que acelerou certas tendências profundas da evolução econômica, a segunda guerra mundial, foi o ponto de partida de uma nova época. Após o esforço de reconstrução que permitiu o advento de nova cooperação internacional entre os países ocidentais, ingressamos numa nova revolução industrial, que é da energia atômica, da eletrônica e da conquista do espaço. Nunca foi tão rápido o ritmo do crescimento nos países industrializados. (NIVEAU, 1969, p. 08).

Voltando aos primórdios da revolução industrial, ou seja, da passagem do sistema de produção artesanal para o sistema de produção industrial, cuja principal mudança se deu quando o trabalhador na produção artesanal deixou de produzir a mercadoria do início ao fim, passando a elaborar apenas uma parte da produção. Com isso o trabalhador perdeu o saber-fazer, ou seja, passou a não confeccionar todas as etapas do produto. Esta mudança ocorreu no período do reinado inglês de Jorge III, em 1760 e o princípio do reinado do seu segundo filho, Guilherme IV, em 1830. Mas foi no período correspondente à era Vitoriana (1837-1901) que ocorre o apogeu do desenvolvimento da economia inglesa, baseada no sistema capitalista de produção.

O desenvolvimento agrícola é uma das condições necessárias para a implementação da primeira revolução industrial na Inglaterra. Todos os períodos de desenvolvimento da produção agrícola registraram aumento da população. O desenvolvimento agrícola foi devido ao

aperfeiçoamento dos métodos de produção, ou seja, não poderia se registrar o desenvolvimento industrial numa economia de tipo artesanal sem o desenvolvimento prévio da agricultura.

A acumulação primitiva ocorreu quando os camponeses foram eliminados no decorrer do século XVIII, devido às famosas leis sobre os terrenos cercados. As propriedades foram cercadas através do fechamento dos campos e pastos abertos e comuns. Os pequenos proprietários foram obrigados a abrir mão dos seus direitos nesse processo de expropriação. Os camponeses expulsos das terras foram usados como mão de obra barata para alavancar a primeira revolução industrial.

A revolução agrícola ocorreu durante a segunda metade do século XVIII. Os negociantes da cidade investiram somas importantes na aquisição de terras, pois a procura de produtos alimentícios crescia com o aumento da população.

[...] O espírito de inovação não foi monopólio da indústria. O progresso agrícola permitiu a formação dos grandes centros urbanos, careando a alimentação necessária às populações obreiras, mas a agricultura tirou proveito, a um tempo, da crescente procura de seus produtos e da industrialização em geral. Deve aqui se mencionar o papel importante representado pela organização dos transportes, tanto na revolução agrícola quanto na revolução industrial. A construção de canais e estrada era uma das pré-condições do desenvolvimento econômico geral. (NIVEAU, 1969, p.20).

A construção das estradas e dos canais foi indispensável para o desenvolvimento da produção e das trocas. Na segunda metade do século XVIII, a Inglaterra construiu suas estradas e seus canais. Já a estrada de ferro foi consequência da revolução industrial e só pode começar a funcionar após a invenção da máquina a vapor. Em 1830, não havia 100 km de vias férreas na Grã-Bretanha. Constatamos que o desenvolvimento dos transportes é a pré-condição do desenvolvimento industrial.

O crescimento demográfico em meados do século XVIII, resultou de um movimento duplo: diminuição da mortalidade e aumento da natalidade (devido à revolução agrícola). Entre 1771 e 1831, a população da Inglaterra e do país de Gales duplicou. A Grã-Bretanha quadruplicou entre 1800 e 1914, passando de 10 milhões a mais de 40 milhões de habitantes.

2. O CAPITALISMO INDUSTRIAL E AS PRIMEIRAS LEIS TRABALHISTAS

A concretização da primeira revolução industrial foi possível através da invenção técnica que permitiu a passagem do trabalho artesanal para o industrial. O instrumento manual foi substituído pela máquina, devido aos aperfeiçoamentos tecnológicos e da utilização do vapor como fonte de energia. A acumulação se deu por causa das invenções e com elas, entramos na era do capitalismo industrial.

No capitalismo industrial ocorreu o desenvolvimento da indústria têxtil, da indústria de ferro, da máquina a vapor (que permitiu a entrada da economia britânica na fase moderna da industrialização). Esses desenvolvimentos foram impulsionados pela pesquisa científica que comandou, por sua vez, diretamente os progressos técnicos, cujo investimento foi efetuado tanto pelo Estado como pelas empresas.

Os inventores e empresários uniram-se em equipes, para solucionarem problemas concretos de seu tempo através das invenções, que proporcionou a inovação necessária, para os fins produtivos da época.

A consequência social da industrialização ocorreu mediante os abusos e exploração dos fracos pelos fortes, dos operários pelos capitalistas, nas primeiras décadas da revolução industrial.

“[...] A canalização dos recursos para a fabricação de novos equipamentos teve consequências econômico-sociais desfavoráveis aos operários, que possuíam apenas sua força de trabalho para oferecer no mercado, sem qualquer proteção

legal ou sindical, pelo menos no fim do século XVIII e no início do século XIX [...]”. (NIVEAU, 1969, p. 131).

Os países capitalistas europeus da revolução industrial impuseram ao conjunto dos trabalhadores condições precárias de vida através da restrição ao consumo, devido aos baixos salários, pago aos mesmos, que resultou em miséria generalizada entre os trabalhadores.

“A enorme diferença entre as rendas, resultante dessa situação, freava a procura de artigos de consumo e aumentava a capacidade de poupança dos donos do capital. Estes a utilizavam para financiar investimentos, isto é, para comprar máquinas e mandar construir fábricas [...]”. (NIVEAU, 1969, p. 134).

Na industrialização da Inglaterra era comum o trabalho de crianças e mulheres em longas jornadas de trabalho nas fábricas. O abuso da exploração do trabalho infantil é uma das características da industrialização inglesa. As casas de trabalho (work house) tinham a função de prestar assistência às crianças pobres. Mas esta instituição, por sua vez, encaminhava essas crianças para as fábricas. As famílias dos operários que não eram assistidas por nenhum tipo de instituição de apoio aos pobres eram obrigadas a mandar seus filhos para as fábricas.

“[...] Não somente a disciplina imposta às crianças era cruel, não somente trabalhavam elas de 14 a 18 horas por dia, mas também podiam ser vítimas da brutalidade e do sadismo de empregadores e contramestres [...]” (NIVEAU, 1969, p. 139).

O advento da Revolução Industrial surgiu no contexto do liberalismo econômico, que se traduz pela não intervenção do Estado na economia, inclusive na não proteção da classe trabalhadora (homens, mulheres e crianças).

[...] o preço da liberdade pessoal dos donos do capital é a eliminação completa da liberdade individual daqueles que só têm para oferecer no mercado sua força de trabalho. A instituição de proteção aos operários não se efetivou sem lutas e a história do século XIX foi profundamente marcada por elas. As conquistas operárias ocorreram em duas direções: regulamentação do trabalho e sindicalismo. (NIVEAU, 1969, p. 144).

A primeira lei trabalhista surgiu na Inglaterra no dia 22 de Junho de 1802, tendo como objetivo reprimir os abusos na exploração do trabalho dos menores, ou seja, apenas os aprendizes, que no caso eram crianças, foram abarcados por essa legislação, os demais trabalhadores continuaram a mercê do capital. (NIVEAU, 1969).

Em 1819, na Inglaterra, nova lei proibiu o trabalho das crianças menores de 9 anos nas indústrias de algodão e restringiu a 12 horas o dia de trabalho dos menores de 16 anos. (NIVEAU, 1969).

Mas foi apenas em 1844, que a lei inglesa se tornou mais efetiva contra o trabalho infantil e trabalho feminino.

Uma lei de 1844 tentou remediar as causas dos acidentes cujas vítimas nas fábricas eram mulheres e crianças. As máquinas deveriam incluir a partir de então dispositivos de proteção nos postos mais perigosos e vedava-se a mulheres e crianças a limpeza de uma máquina em funcionamento. Enfim, reduziu-se o trabalho infantil a meio período, pois meio dia devia ser consagrado à escola [...] (NIVEAU, 1969, p. 146).

O início do sindicalismo, na Inglaterra e no continente Europeu, resultou de vários movimentos, nem sempre diretamente ligados ao desenvolvimento do maquinismo. Mas a inserção das máquinas no processo de produção provocou insegurança no operariado da época. (NIVEAU, 1969).

[...] O medo do desemprego provocou reações “meconoclastas” e as destruições de máquinas reproduziram-se tanto no continente quanto na Inglaterra, onde o movimento dos “ludistas” assumiu inquietantes proporções entre 1811 e 1812. Tais insurreições operárias eram provocadas, ao mesmo tempo, pelo medo das máquinas e pela miséria decorrente da elevação dos preços e das dificuldades de abastecimento resultantes das guerras napoleônicas. (NIVEAU, 1969, p. 149).

O sindicalismo inglês no período de 1851 e 1875 integrou-se no sistema capitalista. Isto ocorreu na medida em que os sindicalistas se tornam negociadores ao invés de defensores da força de trabalho, que resultou na aproximação dos chefes sindicalistas ao modo de pensar e agir do empresariado. Desde então, o sindicato não é uma instituição de combate da exploração da força de trabalho e esta característica está impregnada nos sindicatos até os dias atuais.

3. A INSERÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA EM ALGUNS PAÍSES

A industrialização e crescimento econômico de alguns grandes países capitalistas ocorreram primeiramente na Inglaterra, este país influenciou na industrialização da Alemanha, por que os produtores alemães importaram máquinas deste país. A França difundiu pela Europa as técnicas oriundas da Grã-Bretanha.

A legislação napoleônica foi favorável às trocas e á atividade econômica, rompendo as estruturas feudais. Engenheiros e funcionários franceses interessaram-se pelos recursos mineiros da Alemanha. Os empresários alemães na década de 1830 valeram-se ao mesmo tempo do manancial inglês e francês. Os teares ingleses foram introduzidos na Alemanha.

A Alemanha recebeu ajuda de mão-de-obra do exterior, para assim estimular sua industrialização, pois este país estava atrasado perante os países vizinhos. Os empresários alemães almejavam vencer a concorrência estrangeira, pra isso desfrutaram dos recursos naturais que tinham em prol do desenvolvimento. A partir da segunda metade do século XIX, a Alemanha se converteu no segundo país mais industrializado da Europa, pois o primeiro era a Inglaterra.

Em 1834, ocorreu as uniões aduaneiras denominada de Zollverein, que proporcionou a livre circulação de homens e capitais, entre todos os estados alemães. Previsto, a principio, para oito anos, vigorou por doze anos. Existia um congresso do Zollverein, que atuava na modificação das tarifas aduaneiras.

A historia econômica da Alemanha no século XIX está ligada a sua unificação que ocorreu em 1871. A unidade econômica e política estimularam o desenvolvimento industrial deste país.

Esse mercado único, realizado entre todos os Estados alemães, era uma pré-condição para arrancada do crescimento industrial, enquanto aguardavam unificação política, que ocorreu somente em 1871. A Alemanha conseguiu a unidade econômica favorável através do Zollverein, que estimulou tanto a industrialização quanto o crescimento.

O estado colaborou para o desenvolvimento da historia econômica do país, com a construção de estradas de ferro, na exploração das minas, etc. A revolução industrial na Alemanha ocorreu com a revolução agrícola e demográfica. Estas revoluções foram estimuladas, por causa do repúdio alemão perante aos resquícios do regime feudal, a extinção deste regime favoreceu no aumento da natalidade e da produção.

A construção de estradas de ferro impulsionou o processo de industrialização alemão, que investia na indústria pesada. Em 1850, a Alemanha era o único país continental com a maior extensão e de estradas de ferro.

Outro país com uma industrialização expressiva foi à Rússia, que ocorreu no final do século XIX, cujo sistema feudal havia predominado até o momento. A derrota da Criméia despertou a Rússia para seu próprio atraso econômico e social. A reforma agrária acompanhou a abolição da servidão, mas o resultado da reforma agrária não acarretou em melhorias técnicas de produção.

A implementação das comunidades camponesas não colaborou para o desenvolvimento do país, por que esta controlava a distribuição das terras, que foram distribuídas da seguinte forma: as

terras férteis não eram vendidas, pois tinha como objetivo a valorização da mesma. Em compensação, as terras pouco férteis eram vendidas aos servos pobres, assim a produção foi afetada.

Entre 1860-1875 o governo russo não industrializou rapidamente o país, a economia era movida pela exportação de produtos agrícolas, sobretudo, cereais. Mas a queda do preço dos cereais e o período de fome que este país passou entre 1891-1902, juntamente com a derrota da Rússia na guerra contra o Japão em 1905. Despertou o governo do Czar a pensar em algumas reformas destinadas em acalmar o descontentamento das massas.

Surgem nesse contexto, o comunismo e o marxismo, que estimula uma revolução neste cenário de crise, pois a classe dominante russa mostra-se desinteressada em investir no próprio país, por que o dinheiro advindo das indenizações das terras cedidas aos servos, não foi investido no desenvolvimento dos setores agrícolas e industriais, ou seja, a ausência de uma classe de empresários impediu a arrancada do país.

O estado russo começou a intervir com o intuito de substituir a insuficiente iniciativa privada, isto é, o estado investe em setores estratégicos da economia, a fim de alavancar a industrialização, assim este país se aproximou mais da Alemanha e dos EUA do que da Inglaterra, com o objetivo de se apropriar das técnicas mais modernas, isso aconteceu no fim do século XIX.

Um outro país com forte industrialização, fora do continente europeu foi o Japão, sua história da industrialização foi estimulada pelo estado. A classe dirigente fez a Revolução Meiji. Esta revolução derrubou as estruturas institucionais do feudalismo, pois o mesmo significava uma barreira para a industrialização.

Os países europeus e os EUA procuravam mercados no extremo oriente, mas esbarravam no Japão, cujos portos se mantinham fechados para o ocidente. O primeiro tratado foi assinado em 1854, a partir daí vários tratados foram assinados. Em meio século o Japão deixou de ser feudal e agrícola, para ser uma potencia capitalista.

O governo Meiji se mostrava mais preocupado com a grandeza nacional, do que com o progresso social, pois não houve modificação na qualidade de vida da população. A população japonesa se constituiu como mão-de-obra barata para as empresas industriais. O crescimento demográfico agravou a situação de miséria da população. O governo contribuiu para este crescimento populacional, pois aprimorou o serviço de saúde, pois para o governo a população numerosa era um poderio tanto político como militar.

Os primórdios da industrialização no Japão ocorreram no quadro de um verdadeiro capitalismo de estado, no período de 1868-1888. O estado tomou todas as iniciativas e financiou a maioria das operações, fundando e adquirindo empresas.

A indústria pesada japonesa desenvolveu-se no fim do século XIX, após a guerra russo-japonesa de 1905, devido à farta reserva de ferro e carvão advinda da Manchúria e da Coréia, outro fator que colaborou foi a política armamentista da primeira guerra mundial, que proporcionou á economia japonesa grande prosperidade.

Até a primeira guerra mundial, o imperialismo japonês se beneficiou de vitórias favoráveis ao seu desenvolvimento econômico como: a guerra com a China em 1894-1895; a guerra com a Rússia em 1904-1905; a invasão da Manchúria em 1931. Cada um desses conflitos exerceu um efeito de aceleração sobre o investimento e o progresso técnico.

Em 1880 e 1912 a produção per capita aumentou cerca de 50% ao passo que quase dobrou entre 1910 e 1937. Mas nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, tornou-se o Japão uma grande potência, mas sua renda per capita era somente de 86 dólares por ano em confronto com 519 dólares do EUA, 456 dólar na Grã-Bretanha, 335 da Alemanha e 260 na França.

4. A CIÊNCIA A SERVIÇO DO CAPITAL: AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

As duas últimas décadas do século XIX ocorreram grandes transformações no papel da ciência no modo de produção. A ciência é depois do trabalho, a mais importante, no sentido de se tornar um auxílio para o capital.

[...] A princípio a ciência nada custa ao capitalista, visto que ele tão somente explora o conhecimento acumulado das ciências físicas, mas depois do capitalista organiza sistematicamente e ornamentam a ciência, custeando a educação científica, a pesquisa, os laboratórios etc. Com imenso excedente do produto social que o pertence diretamente a ele ou que o capitalista dispõe como um domínio total na forma de rendas de tributos [...]. (BRAVERMAN, 1977. P. 138).

A ciência como uma propriedade capitalista, no pleno centro de produção, ocorreu na revolução industrial no final do século XVIII e primeiro terço do século XIX. A revolução técnico-científica começou nas últimas décadas do século XIX, ou seja, o papel da ciência na revolução industrial foi enorme.

Entre os séculos XVI e XVII na Europa, antes do surgimento do capitalismo, todo conhecimento científico do ocidente era essencialmente da antiguidade clássica. O avanço científico entre esses séculos ofereceu as bases necessárias para a revolução industrial, mesmo de maneira indireta, pois a ciência não estava conectada diretamente ao capitalismo.

A indústria se beneficiou no final do século XIX, com o avanço da ciência, que ocorreu principalmente em quatro campos: eletricidade, aço, petróleo, motor de explosão. Com isso a ciência mostrou sua importância como meio de estimular ainda mais a acumulação do capital. A Alemanha foi o primeiro país que incorporou a ciência na empresa capitalista.

Os EUA e a Inglaterra, no campo científico, estavam na fase do senso comum, enquanto que a Alemanha estava mais desenvolvida no campo filosófico (com Hegel) e científico. Foi por essa razão que a ciência europeia passou da França para a Alemanha em meados do século XVII.

Na era do capitalismo monopolista, as descobertas e investimentos no campo científico alemão contribuíram para o ensino superior e para a indústria tanto da Alemanha, mas principalmente dos EUA, o governo americano financiou os gênios cientistas do mundo inteiro,, que por sua vez, desenvolveram o conhecimento científico utilizado e introduzido na indústria dos EUA.

No final do século XIX ocorreu o esgotamento das possibilidades tecnológicas da revolução industrial. Neste contexto surgiu:

[...] A nova revolução técnica - científica que reabasteceu o acervo de possibilidades tecnológicas tinha um caráter consciente e proposital amplamente ausente na antiga. Em vez de inovação espontânea, indiretamente suscitada pelos processos sociais de produção, veio o progresso planejado da tecnologia e progresso de produção. (BRAVERMAN, 1977, p. 146).

Com base neste contexto, a ciência se tornou uma mercadoria comprada e vendida, como outros implementos e trabalho de produção. Como as demais mercadorias, seu fornecimento foi impulsionado pela demanda, com isso o desenvolvimento de materiais, fontes de energias e processos tornou-se mais atento às necessidades imediatas do capital. A principal inovação da revolução técnico-científica foi à transformação da própria ciência em capital.

A revolução técnica – científica transformou o perfil do trabalhador. Na manufatura (modo de produção anterior à revolução industrial), o artesão tinha o saber fazer, ou seja, confeccionava o produto do início ao fim, mas a produção da mercadoria foi subdividida por uma cadeia de trabalhadores e cada um fazia uma determinada parte do produto, isto é, o que mudou foi à organização do trabalho.

O próximo estágio é a maquinofatura, o instrumento de trabalho é retirado do trabalhador e transferido para um mecanismo acionado por energia da natureza captada para esse fim que, transmitida à ferramenta, produz a mercadoria desejada. Neste caso houve uma mudança nos instrumentos de trabalho.

O processo de trabalho foi transformado pela revolução técnico-científica, através de uma reorganização e subdivisão do trabalho, cujas transformações ocorreram: força de trabalho, instrumentos de trabalho, materiais de trabalho e no próprio produto.

Os instrumentos empregados na produção foram fabricados de acordo com as necessidades do mercado. Houve uma busca por uma maior produtividade, isto é, produzir mais com o menor tempo possível. Outra característica é a gerência que passa a controlar todo o processo de produção da mercadoria.

No taylorismo e no sistema capitalista como um todo. As pessoas de uma classe são postas em movimento por pessoas de outras classes. Constatamos, assim, como o capital emprega o trabalho e como ocorre a manipulação da humanidade pelo capital.

“ [...] Os instrumentos humanos são adaptados à maquinaria de produção de acordo em especificações que se assemelham a nada mais que especificações das propriedades da máquina[...]” (BRAVERMAN, 1977, p. 151)

Os movimentos dos trabalhadores são controlados pela gerência, a fim de obter maior produtividade e lucratividade.

[...] O trabalho sob a forma de esquemas padronizados de movimentos é o trabalho utilizado como peça intercambiável, e sob esta forma vem corresponder cada vez mais, na vida, à abstração empregada por Marx na análise do modo capitalista de produção. (BRAVERMAN, 1977, p. 158).

A transição de um paradigma para outro gera impactos e desarrumação na classe trabalhadora, cujas relações de trabalho se desfazem e as regras de gestão de trabalho se refazem. Ocorre uma reestruturação dos padrões espaciais do ordenamento industrial. (MOREIRA, 1999).

5. O CAPITALISMO A PARTIR DO SÉCULO XX E A SITUAÇÃO DO TRABALHO FEMININO

Em nível mundial ocorreu no final do século XX, várias transformações no trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado. A regra que norteia o Ocidente está baseada na lógica do lucro como organizador da vida econômica.

A relação entre mercado e Estado, baseado na “mão invisível” pregada por Adam Smith, nunca foi suficiente para garantir o crescimento do capitalismo, ou seja, a intervenção do Estado é fundamental para compensar as falhas do mercado. A ação do Estado ocorre no combate aos monopólios; no fornecimento de bens coletivos como no campo da defesa; educação; infraestrutura.

As pressões feitas pelo Estado, através de suas instituições religiosas, políticas, sindicais e culturais, juntamente com o mercado, através das grandes corporações, afetam a dinâmica do capitalismo. As pressões podem ser diretas, com a regulação de salários e preços ou por pressões indiretas, através do estímulo ao consumo.

No período do pós-guerra entre 1945-1973, tivemos como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configuração do poder político-econômico que foi denominado de fordismo-keynesiano. O colapso desse sistema ocorreu a partir de 1973, quando se iniciou o período de rápida mudança e fluidez. Neste cenário de pós-guerra, ocorreu a passagem do fordismo para o regime de acumulação flexível.

O fordismo foi introduzido por Henry Ford em 1914, na linha de montagem de carro nos EUA, resultou um aumento da produtividade. As características do fordismo se baseavam na

separação entre gerência, concepção e execução, cuja produção de massa que significava consumo de massa.

No período da grande depressão de 1929, Henry Ford apregoava a idéia que as pessoas deveriam cultivar alimentos, nas horas vagas, para a própria subsistência. Ford tinha o intuito de propagar que a auto-ajuda era a única maneira de combater a depressão econômica. O fordismo se implantou com mais firmeza na Europa e no Japão depois de 1940, como parte do esforço de guerra.

A expansão internacional do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os EUA dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder. Mesmo no auge do fordismo, ocorreu grande insatisfação com o sistema, devido à exploração do mesmo, principalmente das nações do terceiro mundo.

O fordismo apresenta-se com sérios problemas em meados dos anos de 1960. Neste período, ocorreram às políticas de substituição de importações em muitos países do terceiro mundo (América Latina), que gerou nestes países, uma onda de industrialização competitiva fordista, em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era pouco respeitado.

O período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do Keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo, devido à rigidez dos investimentos e dos mercados. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começaram a tomar forma, surgindo à acumulação flexível.

A acumulação flexível confronta diretamente a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho; dos mercados de trabalho; dos produtos e padrões de consumo. Com rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre os setores, como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego, no chamado setor de serviços. Conjuntos industriais são instalados em regiões subdesenvolvidas. Outra característica desse período é a compressão do espaço-tempo.

A elevação do desemprego estrutural se deu com a acumulação flexível, que abaixou os salários e retrocedeu o poder sindical, que foi uma das colunas políticas do regime fordista. O mercado de trabalho passou por uma reestruturação, devido à volatilidade do mesmo e o aumento da competição. A classe patronal se aproveitou do enfraquecimento sindical, para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, que resultou na redução do emprego regular e o aumento do trabalho parcial, temporário e subcontratado.

O capital de giro é a chave da lucratividade capitalista, o mesmo foi reduzido pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e pelas novas formas organizacionais (just-in-time). Mas para a aceleração do capital de giro na produção, foi necessária uma redução do tempo de giro do consumo, ou seja, a meia vida do produto no fordismo, caiu pela metade na acumulação flexível.

“[...] A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica [...]”. (HARVEY, 1989, p. 148)

O Estado é chamado para regular as atividades do capital corporativo para o interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, para o interesse nacional, criar um ambiente propício aos negócios, para atrair o capital financeiro transnacional e global, na tentativa de conter a fuga de capital para os demais países.

A crise do taylorismo e do fordismo está diretamente ligada à crise estrutural, que resultou na reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação. O advento do neoliberalismo é resultado direto deste cenário, juntamente com a privatização do Estado e com a desregulamentação dos direitos trabalhistas. (ANTUNES, 1998).

Há redução do proletariado industrial, fabril e tradicional, ou seja, estável e especializado, cuja origem está relacionada ao período taylorista/fordista. Esta redução se explica dentro do contexto da reestruturação produtiva do capital. Neste cenário, assistimos a expansão ocidental do

toyotismo, com flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo. Com isso temos a redução do proletariado estável e o aumento do trabalho precarizado, que se caracteriza pela terceirização, subcontratação e pelo aumento do trabalho informal.

A transição do fordismo para a acumulação flexível tornou ainda mais complicada a relação de gênero, pois o uso da força de trabalho feminino passou por ampla disseminação, visando à exploração da mesma para a ampliação do lucro.

O papel das mulheres no mercado de trabalho facilita muita a exploração das mesmas em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores masculinos pelo trabalho feminino e mal pago como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação, que permite o ressurgimento de trabalho de cunho patriarcal feitos em casa.

[...] A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições de um segmento que hoje representamos mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados. (HARVEY, 1989, p. 146).

Para se entender a atual fase do sistema capitalista, é necessário à compreensão da evolução do modo de produção inerente a este processo assim como as conseqüentes mudanças evidenciadas nas relações de trabalho e suas repercussões para a classe trabalhadora, principal vítima dessas transformações. O trabalho feminino é mais precarizado de maneira geral, devido à questão de gênero. A exploração se acentua, quando as leis trabalhistas não são cumpridas.

BIBIOGRAFIA

ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Ed. Jorge zahar editor. Rio de Janeiro, 1998.

CARVALHAL, Marcelo D. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/ SP: elementos para uma leitura geográfica**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2000.

CARVALHAL, Teresinha B. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente: Editora Centelha, 2004.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

MOREIRA, Ruy. **Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho**. Revista ciência Geográfica. Bauru, v. 2. n. 22, p. 4-8, ago. 2002.

MOREIRA, Ruy. **Teses para uma Geografia do trabalho**. Revista ciência Geográfica. Bauru, v. 2. n 22, p. 19-23, ago. 2002. NIVEAU, Maurice. **Histórias dos fatos econômicos contemporâneos**. São Paulo: Difusão Européia, 1969.

THOMAZ JR, Antônio. **Por uma Geografia do trabalho**. In: Pegada, vol 3, número especial. Presidente Prudente: CEGeT/FCT/UNESP, 2002. www.prudente.unesp.br/ceget

THOMAZ JR, Antônio. **O paradigma e a ordem (genealogia e metamorfoses do espaço capitalista)**. Revista ciência Geográfica. Bauru, v. 5. n. 13, p. 31-44, ago. 1999.

THOMAZ JR, Antônio. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da “leitura geográfica”**. Revista ciência Geográfica. Bauru, v.9. n. 1, p96- 102, abril. 2003.